MEMÓRIA, ESPAÇO E IMAGINÁRIO.

MEMORANDO ESPAÇOS PASSADOS E PROJETANDO ESPAÇOS FUTUROS

Júlio Cézar RIBEIRO

In memoriam Armando Corrêa da Silva

Ao contrário do que pensam muitos estruturalistas, (neo)positivistas e defensores de uma postura Weberiana ao se conceber o real, o plano das ideias e o da materialidade das práticas faz-se social encontram-se umbilicalmente interconectados e, diferentemente também, do que enxergam simbologias e demais elementos paisagístico-imateriais que o caracterizam e, também, atribuindo identidade aos seus por meio do rememorar de sua historicidade afetiva, ou pelo projetar utópico de uma metafísica materialista que pleiteie seu encravamento em prol do coletivo social.

No empenho de uma dimensão espacial da sociedade atual — pano de fundo às reflexões — caracteriza-se como um espaço social, consubstanciada cuja estende-se fortemente em práticas e valores localmente comprometidos a uma estrutura clausitada; prejudicialmente, a sua maioria quantitativa. É este mesmo corpo social oprimido que busca, no plano do contra-espaco, as referências tático-estratégicas de práticas que lhe permitam nas amarras que os aprisionam neste espaço-prisão; ao tentativa constante de redifinir um espaço social, garantidores de uma liberdade ou, ao menos, de amenização das contradições na dimensão do mundo ou da consciência e no do mundo empreiro (da cidade circundante).

TÉRMINOS-CHAVE: Memória; Imaginário; Espaço; Paisagem; Consciência; Contra-Espaco.

Resumo: Ao contrário de o que pensam muitos estruturalistas, (neo)positivistas e defensores de uma postura Weberiana, acusamos de perda de real no plano das ideias e de a materialidade das práticas, o fazer social. Não podemos, portanto, deixar de questionar os aspectos teóricos e metodológicos que caracterizam a memória e o imaginário, e assim estudá-los em sua íntima e complexa relação com a cidade como um espaço social concretamente situado.

O presente estudo foi realizado na disciplina “História e Geografia na vida Humana”, conduzida por Prof. Dr. Armando Corrêa da Silva, em cujo seminário de Pesquisa este contrasgrito seria discutido e cujo concluso foi realizado com a orientação do Prof. Dr. Armando. Este, um dos meus grandes estimuladores.

Júlio Cézar RIBEIRO
E-mail: jcezarri@gmail.com.br
también de lo que casi siempre aseveran, creemos no ser siempre posible considerar paso marginal la condición de lo que se acostumbró a denominar infraestructura aquella dimensión superestructura de la sociedad.

De esta manera, la memoria y lo imaginario son dimensiones inmateriales, intransmisibles, subjetivas - presentes en las relaciones de los individuos para su "mundo interior", e inmeditamente ejercidas en el cuerpo social y el "mundo exterior" - centrales en el ordenamiento y reordenamiento del espacio, sea por las simbologías y demás elementos paisajísticos -inmateriales que caracterizan y (re)crean, atribuyendo identidad a los suyos por medio del rememorar de historicidad constitutiva, o por el proyectar utópico de una metafísica materialista que plenamente irrompe y redimensionamiento en prol del colectivo social.

La dimensión espacial de la sociedad actual - trasfondo de las reflexiones- se caracteriza en cuanto a una prisión social, consustanciada que está en la regularización de las prácticas valoradas ideológicamente comprometidas a una estructura clásica; perjudiciales por su cualitativamente, a su mayoría cuantitativa. Y es este mismo cuerpo social oprimido que nos da en la construcción de contra-espacios, las referencias táctico-estratégicas de prácticas que permiten desatar las amarras que nos aprisionan en este espacio prístino; en la tentativa constante de redefinición de su ser social, garantizadores de una libertad o, al menos, de amenizar las contradicciones manifestadas en el plano de las ideas (de los símbolos y de la conciencia) en el mundo empeñado (de la condición física circundante).

Palabras clave: Memoria; Imaginario; Espacio; Paisaje; Conciencia; Contra-Espacio.

INTRODUÇÃO

"O meu egoísmo é tão egoísta que o auge do meu egoísmo é querer ajudar." (Carpinteiro de Universo, Marcelo Nova/Raul Seixas).

Pretendemos com este dar uma continuidade ao debate realizado a respeito de alguns conceitos por muitos considerados como centrais ao entendimento da realidade atual, o que põe à Geografia a necessidade de inserir-se na discussão, já que também é de seu interesse aprofundar a partir de seu objeto e referenciais próprios.

Se tais conceitos são ou não centrais, esta é uma discussão, ao nosso ver, secundária, e que é inelegível e primordial, do ponto de vista aqui assumido, é que deles podemos nos servir para explicá-la.

A magnitude e a profundidade das argumentações que sustentam a abordagem dependem, no entanto, muito mais da proposta e da postura que o sujeito assume enquanto referencial metódico e seu norte social, do que do conceito (se visto como algo) em si. Para que a discussão aqui proposta melhor se desenvolva buscaremos, parsi passa e (re)elaboração dos conceitos de memória, espaço e imaginário, fornecer alguns elementos de informações teórico-conjunturais, visando reforçar sua relationalidade. Acentuando, ao mesmo tempo, quanto à importância anual requerida (ou a que atribuímos) sobre estes aspectos para que compreendamos a amplitude e a intensidade das transformações e desafios postos à sociedade, na contemporaneidade.

Cabe, então, a ressalva de que não pretendemos realizar uma exposição prolixa e exaustiva sobre o legado e as influências efetuadas nessa cena. Objetivamos, isto sim, de acordo com os interesses estruturais deste texto, fornecer uma concepção que nos permita compreende-
suas intercomplementaridades, demonstrando a relação dialética e de causalidades intrínsecas aos mesmos. Ao passo que, também, grosso modo, objetivámos expor aquilo pensando sobre a inserção dos agentes produtores (cláusulas ou não) do espaço, e a necessidade de construção de uma consciência espacial com vistas à redefinição de ações dos nós que se ocupam na rede das relações sócio-espaciais: enquanto contracultura, hegemonia... Enquanto uma postura antecapitalista, para finalizar.

Acreditamos, como o Ruy Moreira, que: “O espaço compõe a própria lógica das ações, e só no interior dessa dialética pode ter sua lógica desvendada”, para que, por isso, seja possível “o desvendamento da lógica das determinações da história” (1985, p. 103), inelutavelmente, no (re)conhecimento histórico da lógica das determinações, o pressuposto à superação histórica do que se (re)produz.

**LUGAR DO ESPAÇO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

“Uma coisa de cada vez. Tudo ao mesmo tempo agora” (Uma coisa de cada vez, Tiitès).

A discussão sobre o espaço não é recente. Estendeu-se por séculos. Adentrou e se consagrou no terreno de muitas ciências, cada qual com sua designação própria. Salvo aquelas que careciam teórico e epistemológica, empregaram sem cautela os referenciais das demais ciências sem se perder, caso especial da Geografia, por exemplo.

Atualmente, no entanto, dada a armada teórica efetuada por estudiosos do ramo – e de outros que sobre o espaço verticalizaram suas análises – sobretudo no período da década de 1960 e 1970, esse conceito vem merecendo melhor atenção dentro da ciência geográfica. Apresentando esta já um sofisticado cabedal teórico no trato desse assunto.

Dessa forma, e antes de tudo, o espaço deve ter reconstruídas ou (re)identificadas suas bases centrais. Deve ser superada aquela tradição do conhecimento que o considerava como Palco: substrato em que se desenvolveria a trama da História. Isto é, aquelas lerações dogmáticas que o viam como mero suporte ao pleno desenvolvimento humano, recolhusos nele contidos e a ordenação progressiva que se assumiria no plano da realidade; desagregando-se e com seus ingredientes fundantes e elementos da dinâmica social. Uma visão positivista, linear e formal da evolução humana, tanto tão pedida nas questões voltadas às relações sociais, como a projecção das na dita geografia.

Outra consideração que tem ganhado relevo no meio científico-geográfico é aquela que seria o espaço enquanto, apenas, uma “acumulação desigual de tempos” (apud Silva, 1997, p. 16). Uma definição útil, porém insuficiente e limitada para se suger a complexidade que este conceito, por que, talvez indevidamente recorrida pelo todo teórico de seu formulador Milton Santos. Isto porque, muitas vezes, a imagem que se faz dessa expressão é aquela do repositório do tempo cronológico ou a-social, petrificado na metáfora.

Fato que tem gerado muitas confusões. Afinal de contas, partindo dessa vaga e resumida definição, não comportaria e relacionar-se-ia a Paisagem, a Região e uma outra infinidade de elementos do real a um processo cumulativo de tempos desiguais? Na definição acima, o que deveriam distinguir-se não seria o dado do real que os singularizam, ainda a relação macro a que pertencem no real?

Por isso, necessário faz-se seguir adiante. E estabelecer alguns passos a mais é o que propomos, com vistas a esclarecer alguns pontos ainda obscuros.

143
Diante do exposto, entendemos que o espaço deva ser considerado – e portanto, objetivamente concebido – enquanto produto e reprodutor, manifestação da ordem e ruptura, da essencialidade da lógica da totalidade das relações sociais concretas enraizadas nos processos de produção que desempenham um papel fundamental no arranjo com o entorno físico. Daí o acento sobre as ações e relações humanas e o trabalho social, que traduzem, na “externalidade” do mundo, os interesses subjetivos da sociedade – pelo menos e/ou geralmente de parte dela, já que estruturada em classes sociais.

Disso resulta que o binômio objetivo-subjetivo é considerado por muitos antónimos: objetivo x subjetivo; pode-se tornar uma armadilha teórica positivista ou estruturalista, caso não nos atentemos para o fato de que as formas espaciais, objetos e produções, são uma materialização (produto teologizante e manifesto empíricamente) do trabalho das ideias, desejos e (contra)projetos humanos. Sendo, pois, o marco histórico de uma determinada sociedade (cf. Makarius, 1968).

Dessa forma, afirmamos que essas dimensões do real, tanto a objetividade quanto a subjetividade, são dimensões intrinsecamente imbricadas. Um par dialético e inseparável – e propria realidade, por ser a realidade expressão de objetividade subjetiva e da subjetividade objetivada, haja vista ser o real filtrado pelas sujeitos e, as formas de sua ação, avaliadas e efetivadas. Um par dialético, contendo que molda e perfaz a própria identidade histórico-espacial do ser social, visto ser o homem, a um só tempo, a si mesmo e a si mesmo: uma combinação contraditória: a tese e a antítese que se mantêm e se transformam na própria realidade, Gilberto Freire mesmo já sinalizara para o fato de ser o tempo uma dimensão de caráter tridimensional, coexistindo passado, presente e futuro-potência (apud Andrade, 2000, p. 94).

Assim, se o homem é a natureza autotransformada pelo trabalho, expressa num momento histórico-espacial, o espaço é a apropriação humanizadora da natureza, levada a cabo pela natureza humanizada.

Nesse jogo de apropriações materiais e imateriais (internalização, interpretação, seleção e representação simbólica... dos fatos e fenômenos) é que o espaço é (re)construído... como uma obra de arte e a semelhança daquelas que lhe projetam suas identidades. Por isso de considerado por David Harvey como “aquilo que a prática humana faz dele” (apud Sack, 1997). E daí de muitas vezes, talvez de forma não arbitrária, se considerar determinadas formas de aranhar sócio-ambientais que: espaço da cidade (ou dos caçadores), do povo, da telemática (seria a Internet um espaço virtual?); ou um recinto que pode ser denominado como espaço de negociação, da conciliação... Por que não, espaço da subversão? um contra-espaço, na acepção de Ruy Moreira (1985).

Contra-espaço, dimensão material e subjetiva que está a manifestar os indícios de outro rearranjo, ao portar os gérmenes de outra sociabilidade, é a manifestar e erigir nas (e a partir das) práticas dos sujeitos sociais, que se negam a pertencer e reproduzir docilmente aqueles hegemonizados e impostos pelas classes dominantes e que, por isso, buscam outras formas de relacionamento, convívio e realização social.

1 Um excelente exemplo, para fortalecermos melhor nossa afirmação, pode ser dado a partir de um fato que ocorreu em fevereiro de 2000. Na época, eu e um amigo, Fabrício P. Bauch, contratados por uma rua de Presidente Bernardes/SP, não passamos em frente ao Fórum da cidade, uma frase escrita num placa, que expressava em letras brancas e fáceis de ler a frase “Fique de olho” (Fique-se ao redor). Exemplo da manifestação objetiva e externalizada de um pensamento e sentimento (subjetividade de oposição ao sistema ou mesmo aos padrões e modos de vida hegemonizados existentes, ainda que sob aspectos epifenômenos). Feio, não acreditamos que seja uma coincidência o fato de que foi efeito a sua geografiação. Ainda que, possivelmente, o autor que o não sabia sobre a Geografia Crítica que se produz, em academia subordinada, soa mais bem elegir o lugar para a manifestação de seu repúdio. O que demonstra uma capacidade suficientemente considerável de ler o território e de nel o desenhar sua marca. Inserindo estas que por outras também podiam vir a ser decisivas, apesar das autoridades locais não se aproximarem para pouca atenção derram em tais.

2 Essa questão foi levantada inicialmente pelo Prof. Dr. Mário Siqueira de Carvalho, durante uma das aulas da disciplina de curso de Mestrado, ministrada em 1999, denominada: “O Pensamento Geográfico na Idade Média e no Renascimento.”
Por isso do espaço ser uma totalidade social que se exprime enquanto ordenação das relações processadas e processadoras pela/da sociedade. Enquanto o contra-espaco, por seu mais simples negação é a "negação afirmaora de uma 'praxis' transformadora" (Graes, 1985, p. 16).

Eis ai o mote da questão. O ponto-chave que se quer e, mais importante, se faz irruptivo, contradição desafiante a lógica hegemônica que pretende fazer do espaço uma estrutura gênea e retro-alimentar do sistema dominante, por meio da (vá) tentativa de extinção das suas sócio-espaçais desconformes, potencialmente gestantes de contra-espacos.

Os contra-espacos, desta forma, se colocam enquanto subestruturas ou subtotalidades estruturizam e que se pretende homogêneo e desenhador do ser social.

Fazendo car por terra, a um só tempo, as teses que afirmam a prevalência do Tempo do Espaço, devido à destruição das barreiras político-econômicas da fase posterior aos anos sobrados. O que se viu, de fato, foi um processo exatamente inverso: a lógica locacional das empresas tendo de ser com maiores cuidados o espaço, para nele realizar seus investimentos e unir a mais-valia global no jogo carniceiro do selvagerismo do mercado capitalista.

Assim, a compressão do espaço-tempo não institui sob nenhum aspecto a eliminação de um destes, sequer, de segundo ao primeiro (Harvey, 1993).

O que nos põe a pensar – comparativamente, a título de exemplos – nas áreas de estudo das FARC na Colômbia ou nas área de influência dos Zapatistas, no sul do México, ou para refletirmos em termos de Brasil, em alguns dos assentamentos conquistados pelo MST, aqueles mais estruturados.

Seriam estas realidades possíveis contra-espacos?

E no caso do Brasil, qual o papel do MST? A proposta intrínseca ao seu universo organizacional, de um contínuo processo de conscientização social dos sujeitos (de certa forma gênero), tentando-se fazer com que desenvolvam sua capacidade crítico-reflexionante, é de partir da escola e da sua cartilha educacional, da especificidade de sua proposta e de projeto pedagógico e societário, alardeado por si mesmo como contra-hegemônico, porque socialmente produtores e instituidores do socialismo, poderia ser o exemplo que há pouco?

Cremos que sim, apesar de suas limitações histórico-geográficas de um mais rápido e dos perigos constantes de sua diluição processual pela máquina burocrático-estatal.

Como também pensamos serem os outros exemplos citados – salvas todas as circunstâncias endêmicas que estes tipos de movimentos sociais assumem nas realidades em que se inscrevem – fenômenos manifestos de contra-espacos. Espaços da destruição construtiva: da ordem ao que é imposto, a se subestruturar dentro do sistema hegemônico, sob novos moldes e, em alguns aspectos, por portar outra sociabilidade que não a hegemonizada pelas classes dominantes, por ser esta sempre restrita ao mercado, às regras e valores materiais e "mais" burgueses.

A realidade do MST fornece ainda outras dicas.

Vejamos o exemplo de suas cooperativas. Não poderiam estas ser pensadas enquanto pontos propulsores de uma nova sociabilidade, e que, apesar de atuar no mercado, procuram formas novas de convívio e de relações de trabalho (como a produção coletivizada), com a consciência político-social (expressa na continuidade da luta por terra, que não termina em conquista particular, mas que se estende também na luta por distribuição de riqueza ou meios de produção, da qual a terra é exemplo)?

As cooperativas do MST não comportariam e expressariam, prematuramente, de forma imediata, uma outra lógica sócio-econômica (não necessariamente a da terceira via, social-democrática) que, ao passo que atua no mercado, procura (o que depende do lugar ou dos agentes que nestes se encontram e da correlação de forças expressas territorialmente de
maneira diferenciada) engendrar novas relações sociais, calcadas no coletivo e com propósitos que não a acumulação desenfreada e a superexploração do trabalho, mas distribuição relativamente mais justa que aquela encontrada no mercado desregulado, ou seja, que as discussões aqui se restrinjam àquilo que seus dirigentes propõem: serem que prendamos em discussões de viabilidade ou inviabilidade total de qualquer empresa com social – as charlatãs empresas sociais – em um mundo em que o tempo de giro de capital se acelera e os gastos com produção e salários, de outro modo, mais se estreitam; fazendo a competição bestial capitalista as empresas que dividem os ganhos em vez de reinvestir na produção).

Não cremos ser a política econômica deste movimento, expressão dos projetos de revolução como de terceira via ou social-democrata, de minimização dos problemas sociais, estatisticamente estruturais. Entendemos, sim, que a busca primeira pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores seja o artifício utilizado para aglutinar-as na forma de um movimento; buscando devolver-lhes o sentido de coletivo e de solidariedade para se aliar aos estratégicos mais amplos, convocados à transformação da sociedade. Uma estratégia para aquela anunciada por Bilr (1999), no que se refere particularmente aos sindicatos, que deve ter uma atuação técnica e imediata de melhora das condições dos trabalhadores, para que com isso, possam uni-los e conscientizá-los sobre a necessidade estratégica de solapamento do capitalismo, responsável, maior por suas aviltantes condições de existência. As cooperativas do MST poderiam ser consideradas como aquilo que Alain Bilr exprimiu enquanto *contra-economia*. Ao passo que a prática social de seus administradores e executores, se totalemente vinculadas ao desenvolvimento do ser humano, enquanto ações que caracterizam *contra-poderes* (Bilr, 1999), podem ser a condição à existência de resistência e extensificação do *contra-espazo* social (Moreira, 1983).

São estas algumas das muitas questões que devem ser pensadas e (re)valiadas a partir das realidades e experiências existentes no cenário brasileiro.

Se, conforme Douglas Santos, o espaço deve ser considerado como "a dimensão em que o movimento assume formas" (apud Ribas et. al., 1999, p. 121), devemos, indubitavelmente, colocar diante da necessidade de aprofundamento da lógica do ordenamento das formas emergentes resultantes desse movimento social, já que este universo empírico nada mais é do que o trabalho humano objetivando nas formas espaciais, ou seja, o *tempo-trabalho* se cristaliza, empiricamente enquanto *acúmulo desigual de tempos* e que, por isso, se tornam passíveis de serem apropriados subjetiva e objetivamente da natureza "externa".

Confrastamos o desvelar dessa lógica ser o passaporte à emancipação da consciência social dos sujeitos e, consequentemente, da própria potencialidade de interferência na realidade que deixaria assim, de ser essencialmente contemplativa e sim co-participativa em seu sentido definidor.

Não poderia ser diferente. O espaço é a expressão social das relações processadas dentro da natureza entre os próprios homens e destes com o ambiente circundante.

O animal-homem é, nesse sentido, a natureza-pensante (consciente?), autotransformada pelo trabalho social e criadora de sua própria história – ainda que esta seja eminentemente contraditória e conflituosa. Humanidade esta, cuja natureza se relaciona com o entorno ou o meio circundante e ou até mesmo longínquos, quando conectado e influenciado pela rede globalizada das relações sociais, estabelecida hierárquica e selectivamente entre os *hugares-nós* de um mundo mais (des)integrado em nível técnico-científico-informatônico.

A lógica espacial das relações sociais, todavia, torna-se passível de ser apreendida por meio de sua expressão fenomenológico-paisagística. Pois são as manifestações epifônicas da espacialidade diferencial que guardam os contêudos (as funções) das feições assumidas pela
da dimensão existencial, por ser elemento revelador da ordenação progressiva expressa
mente – não importam quais os meios de comunicação e expressão empregados.
Nessa medida, o espaço, consciência e condição à reprodução da existência social, é
compreendido como uma dimensão concreta (não uma mera instância surranea) cuja totalidade
ser buscada via movimento dialético do concreto em pensamento sobre o movimento
último do real concreto (Ribas et al., 1999, p. 108). Numa perseguição inescusável que
capta o real em seu infinito e contínuo processo de totalização.
Destarte, quando fizermos qualquer alusão ao espaço, estamos, de maneira sublinear,
formatar à lógica societária (compreendida ideologicamente e socialmente padronizadora)
as suas substâncias e formatos no corpo social, ou seja, à trama das práticas sociais que
viam a realidade em toda e sua multidimensionalidade. O que se efetiva de acordo com os
esses e as conformidades que marcam o metabolismo societário da época, características que
por (geo)grafia-la.
Mas o que seria, e como se comportaria, a memória em meio a este constante e
inexorável jogo de (re)apropriação de condições objetivas e subjetivas de realização e
ação do ser individual e consequentemente do próprio corpo societário?

A MEMÓRIA: QUANDO O PASSADO SE FAZ UM PRESENTE DE
sibilidades e, a identidade, um seu elemento de unidade.

"O que é apenas um furto no futuro. Por onde o
passado começa a jorrar" (Banquete de Lixo,
Marcelo Nova/Raul Seixas).

A memória, nada mais é do que a manifestação de um reflexo proveniente da
realização que os sujeitos sociais realizam de suas ações e reações numa dada realidade
espacial. Cristaliza-se mediante repetição, canalização e contextualização cultural das
comportamentos sociais estabelecidos.
É uma consequência, um reflexo em pensamento, dos instintos e estímulos sociais
espaço-temporalmente praticados, preservados e perpetuados de forma subjetiva (em
nome) e objetiva (por meio da escrita ou outras formas de linguagem que reforçam um
núcleo de referências mentais de uma época, seja por meio de poemas, livros, desenhos, pinturas
ou outros meios de externalização do quadro de referências mental de um povo).
Uma das maneiras de se constituir e manifestar da memória seria a oralidade: caso das
antes primitivas que dispunham somente da fala como recurso à perpetuidade das tradições.
Nesse caso, toda a história genealógica, bem como os mitos, estórias, poemas épicos
sã transmitidos gregas à admirável capacidade de alguns dos integrantes do grupo de
recriar e reproduzir as informações que comportavam a história local do povo (Claval, 1999).

Nao deixando de se ressaltar que essas "reminiscências" e "lembretes" podem sofrer
alterações nesse processo, conforme o contexto social e as interesses que os transmissores e
viatadores do passado têm em mente. O passado que a memória toca, com vistas a manter uma
idade no presente, enquadra em um constante movimento redefinidor.

Este aspecto de mutabilidade cultural, remodeladora do passado-memória no presente,
explícita-se melhor nas ditas sociedades abertas (Claval, 1999) e sua extensificação
gráfica, diversificação e remodelagem produziria, ao nosso ver, um processo que pelo Oráculo
foi denominado como transculturalização, decorrente dos contatos mais frequentes entre
povos (cf. Ianni, 1999).
A memória passa a ter uma potencialidade real de maior difusão com a inclusão escrita, representando esta uma verdadeira revolução nas práticas e no ordenamento espacial das sociedades.

Rompendo os limites estreitos da capacidade humana, a escrita espalha-se, transformando informações com maior fidelidade; não importando o território ou o tempo a percorrer. Passa, mais facilmente o presente com a sabedoria e os conhecimentos adquiridos e sistematizados pelos antepassados, apesar dos contactos perderem a visualidade, a percepção e a emotividade provocada pelo contato direto: o frente-a-frente.

Por isso, a memória tem íntima ligação com o espaço social em que foi engendrada. Isso mesmo por estes aspectos, pode ser compreendida sua significância histórico-espaço-temporal-reflexo cultural, internalizado pelos sujeitos sociais, perpetuado com vistas a se manterem tradições, as crenças, verdades, valores, condutas, costumes e comportamentos do grupo. É dada uma retenção daquilo que se considera como a essência sócio-espalacial voltada a resguardar a unidade e identidade étnico-cultural.

Por outro lado, a memória pode também ser um mecanismo de controle social. Isso passaria quando um ordenamento espacial fosse mantido graças unicamente à produção e perpetuação de ideias e valores ideologicamente forjados por castas socialmente dominantes, intenamente manter uma “identidade grupal” fictícia, condizente com seus interesses (geográficos, culturais etc.). Ou seja, quando as crenças, mitos, valores etc. que compõem o universo das ideias de um povo, torna-se um sistema de dominação, que plebeia forjar uma identidade.

A memória é utilizada, nesse caso, para manter uma unidade social em nível de pensamentos, ideias e valores, enquanto as condições materiais de existência e reprodução são tão desiguais que a “unidade dos idénticos” torna-se mera falácia mantida pelo poder retórico dos grupos dominantes e pelo jogo que exercem sobre os meios mais expressivos, a informação e a comunicação.

O espaço memória: reprodução de los laços de união e identidades no devir tempo espacial, pode assim ser uma condição à preexistência do espaço privado, fálica, transmitindo pseudo-identidades do passado no presente, para se dirigir também no futuro.

A libertação dessa lógica não se processa sem embates e conflitos intra-subjetivos e inter-subjetivos. No primeiro caso, significa o diálogo, a atitude reflexionante do sujeito, consigo mesmo daquilo que aprende do real e de como nele se enxerga, por exemplo. A segunda, exprime as relações, reflexões e apontamentos tático-estratégicos estabelecido com demais. O que pode fazer com que a participação passiva ceda lugar à co-participação.

3 Há uma vasta bibliografia tratando da questão referente à ideologia enquanto, mesmo, um “universo de ideias” no sistema interpretativo e na teoria de exploração de meios (uma visão, para alguns, positivista) ou ainda, com significativas redações de algumas obras de Marx, quando ligada à dominação, que processo-se via universalização de interesses particulares (neste caso, segundo alguns autores, a ideologia teria um aspecto negativo). Como referências iniciais, vimos: Chaum. 1999.1999; Bilsen e Martino, s.n.d.; Marx, 1996; Leibowitz, 1979; Ribes, 2000; Toledo, 1998.

4 Visando fortalecer nossos argumentos com mais exemplos e, mais que isso, manifestar nosso desconhecimento e opinião espaço privado, aliamos outro fato, agora ocorrido nas dependências da UNESP, campus de Presidente Prudente. Neste campus universitário deve-se a manifestação declarada da repressão da cúpula administrativa contra os alunos, no mês de 1999. Os alunos – no entender de quem acompanhou esse processo – platinavam maior liberdade de expressão, via ampliação dos espaços públicos e culturais criadores. Indignados, ludia, com a parceria da reserva de antifazamento para um grupo religioso, resolveram trocar-se nas ruas que faziam os colegas religiosos – cada vez mais constantes no campus, disputando espaço com as salas que ocorrem paralelamente, nas salas ao lado –, exigindo que pretendiam realizar uma assembleia no local anteriormente programada e que devia ter prioridade diante das atividades religiosas cada vez mais constantes e prejudiciais ao meio acadêmico, porque não programadas e realizadas de forma para o desenvolvimento de suas atividades que devem ser a prioridade, em qualquer caso. Não obstante, um ato presidencial do Diretor, a polícia foi chamada (e a não acordar ver, em outra, os alunos resolveram desfazer da placa dita “universidade pública” e, da mesma forma, sob a mesma direção, foram representados pela polícia que, já de costume, identificou o reator universitário). Exemplos a demonstrar a que convivência são os sujeitos que estão a dirigir a educação e que, por isso, afirmam a todo o momento que esta “Deve forma assegurar condições e critérios” (sar). No entanto, parece que estes “defensores” da liberdade de expressão e da necessidade de
A PROJEÇÃO DA IMAGEM NA TELA DO FUTURO. QUANDO A CRIAÇÃO ALTA-SE AO CRIADOR

"Verbo, que o que vem é perfeição" (Perfeição, Legião Urbana).

O imaginário possui vários significados. Os mais empregados, no entanto, são aqueles que utilizamos para falar de algo e quando nos referimos a um deslizamento.

O primeiro caso, decorrente de uma invenção absoluta, pode estar relacionado à criação de história, em todas as suas partes, por exemplo.

O segundo caso (deslizamento) ocorre, por sua vez, quando há um deslocamento de ideias nas frases. Isso é, quando determinadas significações são substituídas por outras tais como "poucos"; ainda que utilizando a mesma nomenclatura, como, por exemplo, a mulher que sentindo ofendida ao ser repreendida por seu parceiro, que a vê trocando um sorriso com um = perguntando-lhe em seguida: "O que você está imaginando?" (Casteriadis, 1995, p. 24).

Os dois casos citados oferecem dois sentidos do que poderia ser considerado o imaginário. A característica central presente em ambos está no fato de que o imaginário se separa de si mesmo, tentando ocupar seu lugar, quer em forma de memória, quer enquanto romance (Casteriadis, 1995).

Outra característica central é que o imaginário vai além da repetição, estando presente a capacidade que as pessoas, vistas como agentes inventores, têm em descobrir coisas novas (Casteriadis, 1995, p. 25).

Vê-se, assim, que o imaginário utiliza-se do simbólico para exprimir-se e para existir e apenas como algo virtual (Casteriadis, 1995, p. 154). E que:

"O delírio mais elaborado bem como a fantasia mais secreta e mais vaga são feitos de 'imagens' mas estas 'imagens' lá estão como representando outra coisa, passam, portanto, uma função simbólica" (ídem, p. 154).
Pelo exposto, podemos simplificar, apoiando-nos em Castoriadis, ser o imaginário "finalmente a capacidade elementar e irreductível de evocar uma imagem" (ibidem). Imaginário que, muitas vezes, parece independente da realidade em que é gestado e ou na qual se relaciona.

Dessa forma, é algo que se encontra presente em todos os momentos da vida social. Fazendo parte do próprio funcionamento da sociedade, Freud dá um bom exemplo disso quando lembra a religião (opud Castoriadis, 1995, p. 156).

Castoriadis desenvolve minuciosamente essa questão e demonstra como a religião instaura uma diversidade de ritos que, expressos na forma de instituição (relação social), cercadas de uma infindade de sanções. E como que de um imaginário central ramifica-se um imaginário secundário.

Para isso, utiliza-se do exemplo cristão da criação do mundo por Deus. Reza a tradição cristã que a criação do mundo envolvera os sete dias – o porque de que seis mais um, é um mistério para esse autor. Sendo que no sétimo dia o Supremo descansou.

Este imaginário (central) "subiu aos céus" para depois "descer a terra" e santificar o último dia da semana. Que seria assim destinado ao descanso obrigatório e à adoração do Supremo.

E este imaginário secundário explica ainda, para o referido autor, o porque de "ápice do que se acentuou com o pobre diabo, que apareceu na caixa de desespero no dia do Senhor" (Castoriadis, 1995, p. 156).

Percebemos, com este exemplo, toda a ramificação desdobrada de um imaginário central e como a rede de sanções sociais são recriadas.

O que explicaria, igualmente, o tédio mortal dos ingleses aos Domingos; assim como a curva do coito nas sociedades cristãs, com seu ápice a cada sete dias. Ou então o reflexo do sétimo dia na taxa de mais-valia, devido ao número de domingos (e feriados) e sua disposição temporal; o que, para Castoriadis, se dependesse exclusivamente dos capitalistas, poderia ser mais bem adequado à sua lógica (Castoriadis, 1995, p. 156-7).

O imaginário aparece então, ser uma visão, uma projeção, ou uma "verdade" projetada para o futuro, de como se gostaria que a realidade ou as instituições se apresentassem no presente. A projeção no futuro de um contexto diferente, invertido ou antagônico ao atual, desmitificado dos problemas que estão (ou aparecem estar) a lhe contar. Podendo ser uma utopia e uma ficção, científica ou não.


E o mundo passa a ser cada vez mais articulado com as significações que se tem dele mesmo que seja uma solução fantasiosa para as contradições reais, como queria Marx, o fato é que a constituição das próprias contradições processa-se de maneira inseparável do imaginário (ibidem), pois, as significações imaginárias tentam fornecer as respostas que a própria sociedade lança sobre si mesma e sobre o mundo (Quem sou eu? De onde vim e para onde vou? etc.).

Respostas estas que a racionalidade (que é histórica, como a verdade também o é) não demonstara capacidade de estabelecer-se históricamente em forma plena, pois o real é dinâmico e, por isso, guarda sempre características indefinidas e totalizantes. Além, também, de ser o real ofuscado preliminarmente por interesses ideológicos e materiais daqueles que pretendem e ou gerenciam a dominação de classes.

Cria-se esse imaginário ou essa "identidade" tornada coletiva, e sua existência e articulação, passa a ser também responsável pela existência do mundo humano, da sociedade e da...
É a busca pela ordenação do mundo, que sem esse componente assemelhar-se-ia a um indiferenciado. Uma ordenação sedimentada na própria experiência e sabedoria humana.

O que não significa assumirmos uma postura clássica weberiana no dizer que a primeira antecede ou se sobressai à segunda. Significa sim, entender o produzido como elemento do arranjo; reproduzindo-se certas práticas e relações sociais. Havendo, pois, os de imaginaários sociais, harmônicos e desarmônicos, luta entre passados e futuros, entre propostas antigas e atuais, forças de homogeneização e postura ideológica, ou simplesmente desconforme como o real.

Uma postura como esta nos permite entender que o mágico ou o imaginário (criados e) interfere e reorienta muitas dimensões e instantes da vida social, fazendo com que o e o fantasioso se fundam numa mesma realidade. O que se explica pelo fato de ser incidência, uma manifestação exclusiva, do entrecruzamento espaço-tempo, diferenças e agregadas com maior ou menor criteriosidade.

Aliás, imaginário este que demonstra presença na atualidade em todos os sentidos, de no ordenamento e nas relações sociais instituídas e constituintes do espaço.

Não é, pois, uma característica das sociedades primitivas, das “não-nacionais”, etc. O imaginário (e o projecto) está presente também no mundo moderno, tanto nos e des substitutos e nos carros, trocados estação após estação, ano após ano (o que é poder ser verificado em relação ao fetiche das mercadorias como um todo), como na pretensão ao ascender socialmente na vida, melhorar de status sócio-profissional e nos rendimentos sônicos.


Sem contar sua presença na alimentação, no patriotismo exacerbado (que conduziria a não identidade a duas grandes guerras mundiais, ou aquele que moveu o povo brasileiro em torno do Brasil Superpotência), entre tantas outras formas em que se manifesta.

Vemos assim, o quão complexa encontra-se a realidade contemporânea. Num período em que o imaginário “dissocia-se”, “autonomizandose”, da sociedade. Tentando impor-se tradicionalmente a ela. Não sendo, pois, apenas ideologia, já que as próprias elites encontram-se e esse universo imagético contemporânea.

Um bom exemplo de um imaginário que vem ganhando força e que, sobretudo na hodierna, acaba por interferir nos desejos e práticas econômico-espaciais, é o da de seres extraterrestres a nos espreitar, estudar e ameaçar.

Esse imaginário não apenas se configura como produto das agências cinematográficas woodiana. Situa-se como algo mais antigo, alimentado ao longo dos tempos e dos lugares, dando a expressão inventiva da espécies, apesar de se ter como superior e inal no planeta, o que é subordinar-se e sobrenatural (criação de deuses e de santos, quase que definitivamente).

A captação desse imaginário pelas empresas cinematográficas e sua remodelagem e adaptação ao mercado capitalista, anuncia não somente a busca pelo lucro, mas também uma ideologia específica a desvendar as atenções sociais dos fatos concretos: fazendo as pessoas olharem para o céu
(em busca de deuses e ou ET’s), mas demonstra, antes de tudo, o poder que se repleta, possui a sociedade, criando novos espaços, novas dinâmicas e novos projetos sociais.

Se há ou não vida inteligente em outros planetas, essa é uma questão que aqui desnecessariamente nos tomará nossa atenção.

A questão principal, que aqui contemplaremos, é a presença do imaginário na sociedade vista como totalmente moderna e racional6. Não obstante, a busca de imagens que alguns são expressão de devaneios de determinados indivíduos, para outros não apenas as sentem significativas, como transformam e criam novas territorialidades.

Entendemos, também, que uma possível explicação/interpretação para a ‘vaguedade’ e ‘oportunidade’ concerne ao imaginário, que continua a transformação a partir da anterior, ou dos imaginários precedentes.

Disso resulta que qualquer imaginário, por coexistir e por origir-se sobre existente, se transmuta em uma nova forma e em um novo conteúdo (segundo os novos valores, pretensões sociais) que (con)fundem as imagens sociais a tal ponto que as lacunas e desvios internos, provocadas por imagens de momentos históricos-espaciais diferentes, se colocam como obstáculos aos sujeitos sociais que se encontram contemplados.

E, ao passo que essa interfilação e sucessão das idéias ou de imaginários contradizem sobreposição do ‘segundo’ sobre o ‘primeiro’, que se torna quase sempre ‘esquecido’, temos a impressão de que o pensamento não consegue acompanhar o pensado (imaginário), sobretudo no mundo contemporâneo, cujas transformações se processam de maneira cada vez mais veemente.

Nesse sentido, a memória e o imaginário não podem ser considerados como mera ‘passagem’ de possíveis ‘irracionalidades’ sociais, algo apenas fantasioso, como se fosse sempre desprotegido da realidade em que se concretiza. Pois a fantasia faz parte da realidade, é componente expressa-se simbolicamente nas relações humanas e no meio, pode até ser que ela apassem por possuir uma ‘autonomia’ ante a realidade, mas, é inegável: mantém estreita relação com as ações sociais historicizadas e especializadas, mesmo que naquela última instância referida a Marx (quando tratou especificamente a relação existente entre a Infra e a superestrutura).

Se, por vezes, uma autonomia existir historicamente do plano das idéias para o mundo empírico, isto em nada sugere ser sempre o símbolo a instituir o real, tornando-se assim a primeira instância definidora do real. Entendemos sim, como disse Gorender (1990)...

6 É comum, no entanto, o desejo de encontrar na sociedade um projeto de vida que a defenda e que a proteja a partir de seus desejos de autoproteção, de evitar a violência, de evitar a exploração da imaginação social pode gerar burocracias, tornar-se um direito das imagens pela lógica recau-ficante e explodir-se a capital da vida pela multiplicidade que assumem a checa no ‘composto intertextual’ – como exemplo de escorar nas suas lutas de classe onde o imaginário vira fio (científico ou não) para, enfim, reduzir em acumulação para os empresários do cinema hollywoodiano.

7 Talvez a única ‘racionalidade eficaz’, na sociedade atual, seja a do técnico, que avança desencaminhado em vários campos, sem qualquer preocupação ética ou moral, e que tanto sua atitude de irreversibilidade e de salvação humana.

8 Recentemente, no entanto, a teoria defendida por Kael e Lucas Makaryus (1998), ao tocar do fenômeno do surrealismo. Quando, em resposta a Claude Lévi-Strauss, que o considerava como algo banal, injustificado e marginal nas sociedades primitivas – como ato a ser desfeito de edifício e importância nos estudos antropológicos que buscam defender a centralidade mesmo das recepções – afirmou que o fim dos estados aprimorados ou já muito acabados – que expressam a nossa ética, valores etc. que pertencem ao nosso momento histórico – não explicam de matéria convencional. A importância do enfoque teológico, não significa que essa realidade tenha sido menos verdadeira ou totalmente falsa, que não importância – expressa o gosto que veio à paisagem – passa ser negada, devido à nossa civilização e as imagens históricas. O que nos põe a refletir a respeito de ‘vaguedade’ e ‘ignorância’ sobre o imaginário social, se isso não teve desencoraje esse nosso desconhecimento ante a história, o espaço, o tempo e o espaço são reais ‘irrationalistas’, já que muitas vezes nós mesmos não percebemos delinear respostas sobre a própria realidade que nos cercam, dada a complexidade e velocidade com que se processam. Ou seja, podemos mesmo quebrar imediatamente qualquer tentativa de procurar lançar respostas sobre as ‘marcas’ (inconsciências) que perfazem o imaginário social como sendo fruto de suas posses ‘pseudo-racionalistas’. Ou devemos tentar lançar presente e enquanto, de afrontar e afrontar a insuficiência atual de aprendizado em nos contemplando? Afinal, o que faz a ciência tenta tornar construir e disseminar um conhecimento, sempre histórico e espacial, sobre o mundo (o qual é re-construtado, para a matéria, em velocidade maior do que o ensinamento que deles se faz)?
momentos históricos não é absurdo o considerar relativamente autônomo a 
estrutura de sua base, mas absurdo é considerar que a base é sempre definida pelo plano das 
sembologias.

É pelo que passa a sociedade atual, já que a ideia de riqueza se desenvolveu de sua 
défida efetiva de realização plena ao coletivo social. Bem como o valor que se autopar 
has dos sistemas técnico-informacionais e, também, a mais-valia, agora global, que se 
a antecipadamente a seu circular-realizar no mercado, devido à imagem que se cria e 
emut a eficácia efetiva dos produtos (como os farmacológicos).

Não obstante, o mundo empírico, das práticas concretas dos seres sociais redefinem o 
poder do simbólico ante as mesmas. Se estava certo Castoriadis ao afirmar que os 
criados e nerios socialmente (já que nem tudo que se cria individualmente se torna 
mente aceito) se tornam sanções que redefinem e regulamentam as práticas dos homens e 
para com o meio, por outro, as mesmas práticas podem vir a enfraquecer ou, a depender de 
nastru muito do universo simbólico caracterizador de uma cultura ou sociedade.

Exemplo disso é que, como demonstrou Castoriadis, se muito da religiosidade e da 
(dento do caso dos dias sagrados) impõem barreiras à base de reprodução econômico-
da sociedade, de outra parte e, por vezes, as classes economicamente soberanas podem 
acionar esta relação e aumentar seu poderio no plano metafísico, enfraquecendo-o por que 
nesses imediatos estejam certificados o lucro. O peso dessas sanções varia de lugar para 
forme a territorialidade assumida pelo poder das castas dominantes e sua capacidade de 
unas sanções culturais e demais empecilhos simbólicos ao seu reproduzir cumulativamente.

Encontre porque, sobretudo em países político-economicamente periféricos (como o Brasil), 
contra maneiras de burlar esses dogmas sancionados pela religião; fazendo com que a 
ão social e a convivência dos aparelhos ideológicos (estatais, religiosos etc.) sejam fatos 

Tentando-se fizer assim, com que as leis terrenas anulem ou posterguem as leis 
somente na aparência desalojadas uma da outra.

Dal, reforçamos, a necessidade do entendimento da geograficidade da disposição e da 
имальidade de expressão do poder das classes soberanas sobre o corpo societal, pois, a 
capitalista é hegemônica, mas ela expressa territorialmente de maneira diferencial, com 
atividade em determinados locais (que lhe interessam) do que em outros. Ou seja, é 
gemática, todavia, territorialmente heterogênea.

Certo Gorenzer ao alertar para os momentos específicos da história em que o plano da 
oidal se sobrepõe ao do concreto real.

O próprio poder conferido ao nível simbólico tem, muitas vezes, suas raízes assentadas 
ociadas por interesses iniciais voltadas à base material da sociedade.

Não se pode sempre se sobrevalorizar a dimensão subjetiva e tão menos se entender 
exo o universo imaginário da sua base histórico-geográfica constitutiva e ou alimentadora.

**Considerações Finais**

"Não existe beleza na miséria. E não tem volta 
por aqui, vamos tentar outro caminho" (L’Àge 
D’or, Renato Russo).

É possível percebermos, diante do exposto, o quão relacionado estão esses conceitos 
, o espaço, recirculação da natureza (humana e não-humana, orgânica e inorgânica) e 
ção a sua reprodução, está permeado de dimensões simbólicas, enquanto memória e
imaginários, que se expressam nas relações instituídas entre a sociedade, como nas marcas efetuadas no “mundo externo”, na sua geografia empírico-paisagística territorialmente.

Além de verificarmos as maneiras em que essa dimensão imaterial, transcultural, espacial do mundo das idades, está umbilicalmente relacionada à sociedade que as forma contradictória ou não – fazendo muitas vezes com que o imaginário volte-se à memória e vice-versa.

Isso nos permite especular sobre o porque desse sentimento de total desamarramento das sociedades ante o mundo que elas próprias criam (material e subjetivamente) e se sentem-se escravas. Como se estivessem fora do lugar, sem chão nem direção.

Põe-se então, uma nova ordem social, que criá um novo sujeito em um ordenamento espacial.

Será que nossa dificuldade de entender esses processos decorre da impossibilidade de indeterminância inerente aos mesmos, refletidos em nossa mente, como queria Louis Althusser, como vazios teóricos? Ou esse vazio decorre, principalmente, da nossa incapacidade de apreendermos o conteúdo do movimento da sociedade? Não seriam-nos mesmos que criamos, consentimos ou re-produzimos o vazio?

Lefebvre é quem tem a palavra:

“Ora, o vazio teórico, por mais que se confirme, só pode se declarar como nome de conceitos ainda mal apreendidos, ignorados ou mal elaborados conceitualmente” (1968, p. 80).

Seria ainda essa argumentação de Lefebvre, mais um apêndice exagerado a Racionalismo que perde terreno (por quê e para quem?) e se mostra insuficiente a cada dia passa? E que o novo, expresso agora nas posturas irracionais, que já se fazem tricamais, aceitar o vago e o vazio como os contêedores que se postam às respostas? A tese de que não existe verdade absoluta (se é que um dia existiu e existirá em sua completez, histórico-espacial) já se tornou, por si mesma, também, uma verdade absoluta, que explica o “não explicável”, bloqueando de antemão o pensar?

Acreditamos que assumir a postura althusseriana é muito cómodo. Nada mais resulta que no Silêncio, sem entrar, como o próprio Lefebvre argumenta: “na conspiração sem silêncios” (1968, p. 81).

É a prova cabal de que a teoria demonstra incapacidade de apreender as prácticas sociais (ou seriam os teóricos, que apresentam tal incapacidade?).

Cabe, então, as perguntas: Há algo que seja produzido materialamente pela humanidade, que não possa, ontologicamente, ser apreendido teoricamente, reproduzido e, mais importante, reelaborado e trabalhado em nossas mentes? A tese marxiana na qual um dos elementos diferenciadores existentes entre a melhor abelha e o pior arquiteto, ou seja, a capacidade teleológica do segundo em antecipar na mente o fato, enquanto projeto (Marx, 1990), perde, então seu sentido, posto que na sociedade das técnicas o fazer aparentemente desideologizado sobrepõe-se ao pensar útico sobre? Seria, assim, o espaço, como pretendem alguns, algo etéreo, inapreensível? A que(m) serve então a ciência?

O que pretendemos aqui, nesse momento? Trata-se de muitas perguntas, muitas das quais os limites desse ensaio se podem confinarem; o que não impede que outros se lancem na direção de ampliação do debate sobre se não...
ficados sociais. Harvey (1993) mesmo já sinaliza como veio se processando, nas últimas vezes especialmente, a separação entre ética e estética por parte dos autores que se dizem pós-modernos e que sobre-valorizam a primeira em detrimento da segunda, em suas obras científicas artísticas, retomando, ao nosso ver, a discussão por Marx lançada entre os juízos de valor e os de fato. Por isso, também, de termos lembrados, inicialmente, na última epígrafe deste a inseparabilidade que deve ter as questões éticas e estéticas na sociedade.

Como não assumirmos a postura irracionalista – tipificada especialmente pelos autores recentes à corrente pós-moderna –, canalizamos nossas atenções para o desvelar do real, com o que de melhor possui o homem: a capacidade do pensar, antecipar e projetar material e socialmente as angústias e anseios que, se coletivos, devem se afazar em busca de novos prazeres.

O Prof. Armando deixou expresso em uma aula sua que toda a energia que compartilha o seu processo de pensamento e construção de conhecimento sempre tivera como ocupação nuclear a sociedade. Sempre escrevera com esta intenção e – mesmo que talvez depressa considerar a pertinente ao rol dos autores que ele mesmo veio a designar consideráveis do método do pluralismo teórico – era este um veio do marxismo do qual não se afastaria. Por certo que isto nem pretendia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARVELHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa; SEABRA, Odete. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos, São Paulo, Persus Abramo, 2000.
BONÁRIO MARXISTA, s.s.l.
BEIJA, Roy. A diferença e a Geografia (o ardid da identidade e a representação da diferença na geografia). Rio de Janeiro, 1999 (mimeogr.).